

UFPBNDiHR

TEXTOS

UFPBNDiHR

TEXTOS

UFPBNDiHR

TEXTOS

UF HR

UFPb: IMPLICAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS
DE SUA HISTÓRIA

Maria das Dores Lima
Zeluzca da S. Formiga

TEXTOS UFPb - NDHR nº 11
JOÃO PESSOA
abril de 1986

UFPBNDiHR

APRESENTAÇÃO

Hoje, quando o Ensino Superior do país, encontra-se em fase de reestruturação, mercê das novas solicitações da sociedade brasileira, é bastante oportuno refletir sobre os imperativos históricos que presidiram a instalação das Faculdades e Universidades.

No entanto, o campo de estudos de História da Educação ainda é bastante estreito no que diz respeito a uma ótica de abordagem de caráter mais estrutural. Somente há cerca de uns dez anos é que, mais especificamente, a Universidade tem sido objeto, ela própria, de análise quanto aos seus objetivos e a sua atuação. Em nosso entender, a abertura dessa área de investigação deriva, fundamentalmente, de duas ordens de razões, imbricadas uma à outra: de um lado, o distanciamento entre as instituições universitárias e a sociedade, a colocar em xeque a destinação social a que se deveriam prestar e não o fazem; de outro lado, a organização das categorias profissionais (docente, administrativa, discente) que as compõem, implicando em uma revisão de valores e padrões relativos ao modelo de sua estruturação. Em tal contexto, várias Universidades brasileiras sentiram a necessidade de recuperar a sua história para além de crônicaslouvaminheiras acerca de seus fundadores e decanos.

A pesquisa do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), da Universidade Federal da Paraíba, teve, na sua origem, essa intenção. Motivo pelo qual, muitas vezes, o trabalho foi mal interpretado: pelos que, de um lado, esperavam a clássica história encomiástica que os exaltarão personalisticamente; ou, ainda, pelos que, julgando-se intelectuais progressistas, desdenhavam uma "pesquisa menor" que, em sua ótica, seria deveraslouvaminheira.

Um outro tipo de obstáculo na consecução do trabalho foi o estado da documentação relativa à UFPb. Como de resto a memória desse país, a memória da instituição quase ou nenhuma consideração tem merecido em termos arquivísticos. Fato tanto mais grave quando se trata de uma instituição cultural por excelência.

Mas a pesquisa prosseguiu e apresenta seus resultados. A monografia que se segue, é produto da persistência, ainda que dê uma pálida idéia de toda a investigação realizada. No âmbito do NDIHR à espera de publicação, encontra-se elaborado um volumoso catálogo, indicativo das fontes consultadas, bem como parte do material documental, sobretudo entrevistas com os fundadores das várias Escolas e Faculdades que serviram de constituição à Universidade da Paraíba, depois federalizada.; entrevistas com líderes estudantis e outras figuras exponenciais da vida da entidade.

Quanto à monografia, sintetiza o processo histórico das origens da UFPb até a sua estadualização. Optaram as autoras por esse corte de periodização uma vez que a federalização implicou em um processo de complexificação institucional que recuar uma outra monografia específica. A leitura do texto aponta elementos que, sem dúvida, esclarecerão em muito certas marcas ainda muito persistentes na Universidade, nesta e em outras: injunções político-partidárias na sua criação, o Ensino Superior vislumbrado como canal de ascensão social, a relação Ensino Superior - mercado de trabalho, as desigualdades regionais de ordem mais ampla interferindo na esfera educacional, a escala valorativa das profissões. Atravessando todas essas problemáticas, a dar-lhes nexoe sentido, os limites da relação Universidade-sociedade.

É um trabalho germinal, na medida em que abre perspectivas para outras reflexões dessa natureza. Na medida em que a UFPb se auto-analisa nas origens e daí poderá avaliar-se, colocada agora frente a sua reestruturação, para que rumos pretende caminhar, que relação com a sociedade pretende estabelecer, que função social busca assumir.

Rosa Maria Godoy Silveira

João Pessoa, dezembro de 1985

1ª PARTE: A COMPOSIÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DA DÉCADA DE 30

A crise de 1929 coloca em confronto no Brasil os grupos economicamente dominantes: as oligarquias agrárias comerciais exportadoras e os grupos urbanos-industriais. O resultado da divergência estabelece "condições necessárias à organização de um modelo econômico-político ao derrubar do poder o setor agrário-comercial exportador"(1), e define os princípios que deverão nortear a política nacional desenvolvimentista e o modelo econômico compatível de "substituição de importação".

A política vigente de então insatisfaz aos setores industriais, já com condições de reagir e com acesso aos canais de manifestação. O tenentismo, se prestaria como um desses canais. Utilizando os meios de que dispunham, aqueles setores reivindicavam maior representação política que lhes respaldasse os negócios financeiros, enquanto concluíam que o modelo político em vigor lhes entravava uma escalada mais significativa ao poder político. Os tenentes servirão de porta vozes na defesa dos interesses daqueles grupos(2).

Na área educacional, essa inquietude gera um movimento de renovação, a Escola Nova, na década de 30. Pela expansão das redes escolares, pensavam os escolanovistas integrar camadas da população ao progresso nacional. A série de reformas na década de 20 espelham o liberalismo educacional. Há a identificação entre este modelo educacional e o político-econômico basicamente burguês que se instalou na década de 30.

"Para o ensino de grau médio, o objetivo propagado era o desenvolvimento do espírito científico, a organização envolvendo múltiplos tipos de cursos e integrado com o primário e superior. Para o Ensino Superior, os escolanovistas defendiam a organização universitária visando ao atendimento das necessidades profissionais e de pesquisa, e a criação da Faculdade de Filosofia e Letras".(3) Já em 1930 cria-se o Ministério da Educação e Saúde, sob a direção de elementos reformistas da Escola Nova.

O movimento escolanovista põe em relevo as discordâncias entre grupos nitidamente capitalistas: Na realidade, esse "conflito de idéias" se estabelecia entre interesses sempre particulares, de forma nova ou conservadora. "No caso em discussão, a forma conservadora vincula-se a uma estrutura social baseada num modelo agrário-exportador, enquanto a moderna vincula-se a uma estrutura social c/ base num modelo urbano-industrial".(4) O discurso dos escolanovistas conclama a se estudarem formas de fazer sair o Brasil do sub-desenvolvimento periférico e integrá-lo ou ajustá-lo na encenação desenvolvimentista dos países capitalistas centrais.

A Constituição de 34, atendendo ao novo e ao conservador, dedica um capítulo inteiro à conciliação entre os educadores. Cria o Conselho Nacional e Estadual de Educação e "determina a aplicação de nunca menos de 10% da parte dos municípios e nunca menos de 20% da parte dos Estados, da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educacionais"(5)... Cria Fundos especiais de educação.

A classe média de intelectuais e artistas, por sua vez, na década de 20, buscando um modelo autóctone de brasilidade, é cooptada pela nova ordem pós-30 e atrelada ao aparelho de estado, como as demais categorias irrequietas da sociedade(6). ...Este é o suceder histórico entre a semana de Arte moderna de 1922 e o status político-cultural instaurado depois de 1930. "cremos que "nacionalismo" e "regionalismo", em suas diferentes conotações, permitem lançar luzes sobre a confluência entre um movimento de idéias, que têm como um de seus marcos a Semana de Arte Moderna e a gradativa participação de pensadores e literatos nos órgãos do Estado no papel de administradores de um projeto de política cultural para o Brasil".(7) ... No âmbito da cultura, portanto, o movimento modernista intenta criar ou redescobrir um modelo cultural autóctone, enquanto no âmbito da economia, o projeto "substituição de importações" intenta contra o velho modelo comercial agrário-exportador. O movimento modernista gera correntes intelectuais, que são infiltradas nos quadros políticos de pós-30, como forma de cooptação desses setores irrequietos da sociedade e utilização da "inteligência" na nova ordem pós-30. "Várias são as interpretações do movimento modernista e das diferentes correntes dele derivadas. O que importa considerar, no momento, é a importância dessas manifestações como prenúncio de um movimento de transformação, que faz com que os integrantes da Semana de Arte Moderna estejam presentes nos quadros políticos nacionais, dos PRs ao Estado Novo, passando pelas vertentes integralistas, comunistas e mesmo liberais. Imbricadas nas questões de ordem literária, de pesquisa estética e de atualização da inteligência brasileira estavam questões de ordem política, principalmente as referentes a uma política cultural para o Brasil. Os intelectuais do Brasil, imbuídos de

uma missão histórica, guiados pelo sentimento de pertencer a uma elite, procuravam dar forma a seus projetos de construção de uma cultura nacional..."(8) Introjetando a concepção elitista de guidadores da cultura, os intelectuais, atuam fora ou dentro dos partidos tradicionais. "Somente à medida que uma perspectiva liberal vai sendo abandonada pelo novo governo é que este ganha a adesão daqueles que, preocupados em formular projetos nacionais, vêem o Estado como o espaço para a sua atuação enquanto artífices de uma nova ordem"(9) ...Para muitos nacionalistas nordestinos, segundo os quais o modernismo deve abranger o universo e o particular do regional, o movimento modernista do nordeste assumia a postura de que o enfoque regional não contradiz a unidade cultural brasileira, antes contribuindo para uma visão mais nítida desta, frisando que a concepção nacional deve ser construída a partir do enfoque regional.(10)

Os intelectuais colocam-se nos anos 20 e 30 como portadores pensantes, de um novo ideário cultural, postando-se assim explicitamente contra o antigo ideário oligárquico-agrário. Essa elite entra, pois, na composição orgânica do tenentismo e se deixa acoplar pelas novas mudanças pertinentes a 1930 e ao Estado Novo.

É nesse contexto intelectual e político que, enquanto nos focos de efervescência cultural, como o Rio de Janeiro e São Paulo, universidades já se impõem como instrumentos de ascensão social e intelectual, na Paraíba se registra a criação da primeira Escola de nível superior - A Escola de Agronomia do Nordeste, no município de Areia. O âmbito secularmente agrário oligárquico do nordeste, no entanto, imprimirá ao Ensino Superior da Paraíba as marcas do coronelismo, do clientelismo e da política de favores, por muito tempo.

IIa. PARTE:

PRIMEIRAS ESCOLAS SUPERIORES NA PARAÍBA: VÍNCULOS COM A COMUNIDADE

1. CRIAÇÃO DA ESCOLA DE AGRONOMIA DO NORDESTE: um compromisso político (1934)

A Revolução de 30 sintomatizara a inquietação das classes médias urbanas. O oligarquismo rural e seus valores ético-sociais experimentaram duas mudanças, sobretudo no que tange à transferência do eixo coronelístico, que já tem feições nitidamente urbanas. Ao coronel de terras, sucede o coronel de anelão, o bacharel. Setores de classes média, assimiladores das ideologias sociais das camadas superiores, inquietam-se no sentido de galgar status. Estrangulada pela impossibilidade disto através de grandes negócios, seja nas áreas comerciais e industriais, seja na área agrícola, estes setores no nordeste visualizam no diploma o instrumento eficaz de subida nos patamares sociais. Ser médico, engenheiro, advogado ou padre são estados profissionais que honram as famílias de elite, mas sobretudo realizam os anseios de "vencer na vida" dos cidadãos de nível social médio.(11)

Médicos, advogados, engenheiros, para se firmar no conceito comunitário, além de portarem anelões e de distinguírem-se como honrados profissionais, tinham que ser letrados, isto é, tinham que possuir "boa formação de espírito" e talento.(12)

A Universidade tem sua origem na década de 30, com a criação da primeira escola de nível superior - Agronomia do Nordeste, em Areia - exatamente quando as tendências profissionais da comunidade ainda são fortemente acentuadas para Medicina, Advocacia ou Sacerdócio, carreiras já tradicionais entre famílias de classe dominante rurais e àquela altura aspirações dos setores de classe média da população. A procura se dá sobretudo na área humanística, incluindo-se os Seminários de formação religiosa; os cursos técnicos ainda rareiam e se restringem ao nível médio de formação profissional.

O movimento modernista nacional, que trouxera em seu organismo o movimento regionalista e que contribuirá para atrelar ao Estado pós 30 a classe dos intelectuais, repercute na Paraíba, sobretudo ressaltando-se que após 1930, José Américo de Almeida, elemento atuante nas mobilizações tenentistas e no movimento regional modernista, passa a encabeçar o governo estadual. A Escola de Agronomia do Nordeste aparece como uma das iniciativas governamentais regionais, naquele momento.

Por outro lado, a nova ordem pós-30 traz em si própria no Nordeste, fortes resquícios do antigo modelo político onde o coronelismo, o clientelismo, a troca de favores ainda se conservariam, por muito tempo, nos traços gerais dos procedimentos políticos, mesmo na área cultural. No caso da criação da Escola de Agronomia, esses traços se apresentam com bastante nitidez, conforme depoimento de José Américo, dois anos antes de sua morte. O Ministro José Américo e o General Juarez Távora estabelecem entre si compromisso, segundo o qual José Américo usaria de seu prestígio junto a Getúlio Vargas e carrearia o Ministério da Agricultura para o General, em troca de que Juarez Távora usaria de seu futuro cargo e posição para proceder a criação de uma escola superior vinculada ao Ministério da Agricultura. Assim ficaria o Ministério da Agricultura orientado pelo General Juarez Távora e a Paraíba seria dotada da Escola de Agronomia do Nordeste, ligada aquele Ministério.(13)

A par deste pacto entre o governo estadual e Ministério da Agricultura, há que se considerar também as bases em que o compromisso se firmou: A Escola de Agronomia, além de se mostrar como projeto viável, serviria como fator de revitalização da cidade, à época bastante defasada economicamente.(14)

O projeto de inovação da cidade se conflita com o ideário agrário-conservador de Areia que visualizava na medicina, na advocacia e no sacerdócio as posições sociais de prestígio.(15)

Em termos regionais, muito se poderia esperar de uma Escola Superior de Agronomia, no que tange aos problemas técnicos da terra, aos quais tão dramaticamente se vinculava o fenômeno das secas. Entretanto, a grande estiagem de 1932, fator naturalmente implícito de impulso para a iniciativa da criação de cursos agrícolas "antes criava dificuldades ao projeto de que lhe facilitava o andamento".(16)

Mais do que os imperativos sociais, imposições político-partidárias facilitaram o emergir de cursos técnicos antes dos cursos humanísticos.

Da mesma maneira que a criação dos primeiros cursos superiores na Paraíba tinha ficado à deriva de situações político-partidárias, o profissional vivia mais ao sabor da política de que ao sabor de sua profissão(17) - desvinculado de sua vocação, de sua profissão, de si mesmo. É importante se verificar que os escassos contingentes de pessoal formados pela Escola de Agronomia, de imediato se disper-

sam num mercado de trabalho pouco significativo em termos de absorção, pois nem os IFOCS, mais tarde DNOCS, tiveram facilidade de acesso profissional. "Os primeiros técnicos vieram de fora, inclusive alguns professores de outros Estados".(18)

A Escola de Agronomia, nos primeiros anos de funcionamento, muito pouco rendeu em termos de graduação. O índice numérico de graduados aumentaria a partir da década de 50, num crescendo que coincide com a fundação e ativação da Escola Politécnica de Campina Grande e da Escola de Engenharia em João Pessoa.(19) Verifica-se, assim, que a receptividade da comunidade às áreas de estudo técnico-científico, se verifica somente duas décadas depois da criação da Escola de Agronomia.

A localização da Escola, com relativa dificuldade de acesso, o funcionamento de instituições congêneres nos Estados vizinhos do Ceará e Pernambuco, as dificuldades de funcionamento provenientes da escassez de recursos desbancavam a clientela potencial estudantil para outros centros e contribuíam para a pouca densidade de procura da instituição de ensino agrícola de Areia.

As dificuldades de repasse de verbas para a escola criaram uma cadeia de outras dificuldades, desde as relacionadas com equipamentos até a remuneração de pessoal docente e administrativo. Aquelas verbas deveriam afluir via Ministério da Agricultura, mas por força dos obstáculos burocráticos, o governo estadual é que intervinha com auxílios financeiros.(20)

2. FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS: Profissionais para um mercado de trabalho em ascensão.

A Escola de Agronomia do Nordeste abre a remota perspectiva de criação de outras escolas isoladas, o que no entanto só acontecerá a partir de 1947, com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas. Até então, somente duas escolas formavam pessoal a nível médio na área do comércio - a Escola Técnica de Comércio "Epitácio Pessoa" e a Escola Comercial "Underwood". Os entraves profissionais ao pessoal formado naquelas escolas se davam na medida em que aquelas instituições se mostravam insuficientes em termos de qualificação e em que já se registrava a existência de um mercado de trabalho que emergia, e cuja tendência era exigir níveis mais avançados na qualificação de pessoal. Esta situação pressionava o corpo docente e a direção, sobretudo da Escola "Epitácio Pessoa", mais conceituada, no sentido de que encampassem a iniciativa da criação de escola superior de Ciências Econômicas. As pressões se fazem sentir, sobretudo de setores sociais de renda inferior ao nível social médio.(21) Em contrapartida, as famílias de elite enviavam seus filhos a outros estados, para serem titulados em medicina, advocacia ou engenharia.

A Faculdade de Ciências Econômicas aparece no quadro cronológico da História do Ensino Superior da Paraíba como sendo a transição para a fase do Ensino Superior. "A faculdade representa um marco divisório entre duas épocas: uma em que predominaram os estabelecimentos de ensino secundário, e outro que se inicia com a instituição de cursos superiores".(22) Obstáculos político-partidários estiveram ausentes do processo, pois o mesmo não parecia conflitar com interesses partidários situacionistas.(23) Efetivamente, o governador do Estado desenvolve uma legislação que servirá de respaldo jurídico ao funcionamento da faculdade, inclusive concedendo à mesma subvenção anual de cento e vinte mil cruzeiros e "abrindo o crédito especial de cento e vinte mil cruzeiros para acorrer às despesas decorrentes desta lei".(24) Ao mesmo tempo, verifica-se a cobertura municipal à nova faculdade com uma "subvenção de doze mil cruzeiros..."(25) Apesar de todo o apoio político nas diversas esferas partidárias, a longa tramitação burocrática retardaria o reconhecimento do curso de Ciências Econômicas, o que só ocorreria passados três anos após sua fundação.(26) O corpo docente fundador dessa Faculdade, bem como sua direção administrativa, se constitui em sua totalidade de bacharéis em Ciências Jurídicas.(27) O bacharelado é uma das fontes formadoras da "inteligência" paraibana que preenche os quadros do magistério, tanto a nível médio como posteriormente a nível superior.

Os Seminários Arquidiocesanos também colocam no mercado profissional considerável parcela dessa "inteligência". O Seminário Arquidiocesano da Paraíba, em funcionamento desde o séc. XIX, vinha contribuindo fortemente com a formação acadêmica dos homens cultos da sociedade paraibana que compunham o corpo docente do ensino médio, do ensino superior e até da Universidade, quer na fase da estadualização quer na fase pós-federalização. Aquela instituição religiosa será um dos fatores que imprimirão à Universidade o caráter clerical-conservador nos primeiros anos de funcionamento universitário, sobretudo nos seus setores humanísticos.(28)

3. A "VOCACÃO INDUSTRIAL" DE CAMPINA GRANDE E A ESCOLA POLITÉCNICA

Na década de 50, a intenção de "integração no desenvolvimento técnico-industrial do Estado", faz de Campina Grande um novo foco científico-cultural na Paraíba.(29)

A dinâmica histórica de Campina Grande se desenrola com bases comerciais: a vitalidade sócio-econômica da feira evolui para categoria de "Vila Nova da Rainha" e daí para o centro urbano de maior dimensão, constituindo ativo entreposto comercial Zona da Mata-Sertão-Brejo. Esta situação imprimiu à cidade peculiaridades culturais que a distinguiriam marcadamente das outras cidades interioranas.(30)

"A rede de esgotos da cidade, a energia local, os serviços de comunicação principalmente na área eletrônica, como rádio e telefone", são algumas das preocupações que orientariam para um projeto de escola técnica a nível superior - ESCOLA POLITÉCNICA -, projeto que contaria desde o início com o respaldo do mundo local dos negócios financeiro-comerciais que coerentemente assumiram de forma concreta compromisso de colaboração com a iniciativa. Neste sentido, mobilizam-se entidades particulares, federais e estaduais que se beneficiariam da realização do projeto.(31) A mobilização de recursos forneceu à escola toda a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento, daí a boa qualidade do seu equipamento. Faz-se necessário considerar que firmas estrangeiras também estiveram presentes neste arrolamento de recursos o que não deverá se registrar nos projetos relativos às áreas humanística e de saúde.(32)

O Prof. Antonio Morais(33) considera a Escola Politécnica como tendo sido gerada no "Ciclo Mineral" da história da cidade de Campina Grande. Na época da guerra, Campina Grande tinha figurado como dos maiores exportadores de minérios do mundo, tendo obtido, na época, know-how em atividades exploradoras de minérios.

Tal como correrá às Faculdades de Direito e Medicina, a Escola Politécnica é suscetível de críticas e restrições, que se colocam principalmente ao fato de estar situada na Paraíba e com o agravante de se localizar no interior do Estado: "Havia já as Escolas de Engenharia do Ceará, de Pernambuco e da Bahia. Estas abasteciam todo o Norte e Nordeste de engenheiros. Pernambuco e Ceará, com escolas em Recife e Fortaleza, respectivamente, criaram grandes dificuldades".(34)

Intelectuais de Pernambuco alegavam a tradição de seu Estado na área e se expressavam ceticamente a respeito da POLI, reproduzindo e explicitando o colonialismo cultural de Pernambuco no Nordeste, desde a efervescência sócio-econômica do açúcar em Olinda e Recife.(35)

As primeiras dificuldades surgem quando da tramitação do processo no MEC. As críticas levantadas contra o projeto repercutem desfavoravelmente e criam obstáculos nos trâmites jurídico-administrativos do Ensino Superior.(36) A conclusão favorável do processo só se explica pelo respaldo da comunidade, sobretudo pelas então chamadas "classes conservadoras" que se expressavam através da imprensa e dos debates parlamentares. Estes grupos constituem o suporte político da iniciativa que gozará, desde o início de seu funcionamento, de amplo conceito junto a comunidade.

Seu quadro docente é recrutado entre as diversas áreas do conhecimento técnico, sobretudo engenharia. A raridade de cursos de pós-graduação no país e inexistência desses cursos na Paraíba explicam a contingência de se terem convidado docentes

de outros Estados, mormente Pernambuco. Aproveitam-se também elementos do corpo docente do Lyceu Paraibano na área técnica.(37)

4. ESCOLA DE ENGENHARIA: "Mobilização de homens e idéias"(38) (e Recursos)

1952 abre o leque para a criação de novos cursos técnicos superiores na Paraíba. A década de 50 registra a criação de quase todas as escolas isoladas que mais tarde delinearão o corpo da Universidade Estadual, iniciativas geralmente levadas a efeito por movimentos classistas e lideradas pelas entidades representativas desses movimentos. O Clube de Engenharia iniciará o movimento pela criação da Escola Superior de Engenharia da Paraíba, inicialmente criando um curso de preparação às Escolas Preparatórias de Cadetes (1948), em cujo exame de seleção a Paraíba se colocou em primeiro lugar, determinando este fato que no ano seguinte os exames fossem realizados em João Pessoa, ao invés de serem realizados em Recife, como tradicionalmente vinha se fazendo.(39)

O êxito daquele evento motivará, não somente a criação da Escola de Engenharia, mas o desencadeamento de todo o processo de formação do Ensino Superior. A criação da Faculdade de Direito da Paraíba resultará da euforia dos que se envolveram no movimento. A receptividade da comunidade há de compor o quadro propício a outras iniciativas no campo do Ensino Superior. O Governo Estadual visualiza projeto de criação do Ensino Superior na Paraíba e estabelece uma Comissão de Planejamento do Ensino Superior cujos membros, representantes das diversas profissões liberais, deverão elaborar projetos e encaminhar sua operacionalização.(40)

O movimento pela criação do Ensino Superior deve ser observado como um dos resultantes, na Paraíba, da euforia redemocratizadora pós-45; a normalidade democrática realiza em todo o país um clima de debates acerca dos problemas nacionais mais candentes, como: nacionalização e estatização do petróleo, questões de saúde, de educação. A década de 50 na Paraíba registra o aparecimento de várias Escolas Superiores e a criação da própria Universidade.

É neste contexto que se afigura a criação da Escola Superior de Engenharia da Paraíba e diversas outras Escolas.

Entidades representativas de setores médios da sociedade — os profissionais liberais — se mobilizam e esquematizam o desenrolar da tramitação do processo no MEC. A Imprensa, veiculadora dos interesses liberais, contribui para a mobilização da opinião pública, cobrindo dia-a-dia das demarches pró-criação do Ensino Superior na Paraíba.(41)

A tramitação legal dos processos de criação e de autorização para o funcionamento da Escola de Engenharia na esfera do MEC recebe o impulso final no Governo José Américo, cujo prestígio nacional faria caminhar com presteza aqueles processos e outros processos de outras Escolas que então se

esboçavam.

De iniciativa particular, a Escola de Engenharia, enquanto unidade de ensino Superior isolada, seria encarada com certa desconfiança pela comunidade, pois seu caráter particular implicaria nos transtornos oriundos da falta de recursos, considerando-se, além do mais, que na cidade de Campina Grande já existia em pleno funcionamento, a Escola Politécnica que, sendo da área estadual, carecia mais recursos.

A Escola de Engenharia se mantinha financeiramente através de dotações conquistadas pelo envolvimento do parlamentares paraibanos nos legislativos federal e estadual, além do COSUP, organização federal para o ensino superior, subordinada mais tarde aos planos desenvolvimentistas do governo JK.(42)

As mensalidades pagas pelos alunos completavam o quadro infraestrutural para o funcionamento da Escola. As dificuldades do carreamento de recursos resultaram em dificuldades, desde as instalações escolares até o pagamento do professorado.(43)

Da Comissão de Planejamento do Ensino Superior saíram os primeiros diretores e professores da Escola de Engenharia e de outras Escolas que vieram a se fundar na época.

5. FACULDADE DE FILOSOFIA: Qualificação do magistério secundarista.

A Constituição Estadual de 1947 previa a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Paraíba, no ato das disposições constitucionais, Art. 16: "O Estado promoverá a criação de uma Faculdade de Filosofia e Letras, com sede nesta Capital".(44) Este dispositivo serviria de apoio legal mais tarde, à ação inicial dos que encamparam o movimento pela criação da FAFI.

Somente dois anos após, a Faculdade estaria criada oficialmente e teria a finalidade de: "a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem filosófica, científica, literária ou técnica; b) preparar candidatos ao exercício do magistério do Ensino Secundário e Normal; c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituem o objetivo do seu ensino".(45) conforme Decreto governamental. A Faculdade, além de cumprir a finalidade profissionalizante de formar professores, atenderia os vazios humanísticos deixados até então por outros cursos superiores existentes.

"O objetivo da cultura humanística ficava evidenciado através da procura dos cursos por parte de alguns profissionais de nível superior, tais como padres e bacharéis, num percentual relativamente expressivo. Havia, pode se afirmar, uma preocupação elitista, intelectual, que começava por um vestibular ainda não massificado".(46)

A Faculdade de Filosofia, criada por dispositivos constitucionais em 1947, somente cinco anos após entraria em funcionamento; 1950 é a década de quase todas as Escolas Superiores isoladas que háo de compor o corpo da Universidade, também insti-

tucionalizada nessa década.

O desenlace tardio do processo de funcionamento da FAFI explica-se pela "generalizada descrença nas potencialidades intelectuais dos grupos interessados, sentimento que contaminou as esferas oficiais" (47) absorvidas, à época, nas disputas política-partidárias.

Imediatamente após instalada, a FAFI se isolaria num círculo de dificuldades, a partir de suas instalações físicas. Funcionando em dependências restritas ao Lyceu Paraibano, a instituição contaria com elementar material de ensino: algumas carteiras, quadros, giz, duas ou três salas daquele prédio, cuja finalidade original tinha sido o ensino secundário, agora aglutinando também, os poucos alunos da FAFI, sendo a maioria do sexo feminino.(48) Formariam a clientela estudantil, em regra, componentes de setores médios e altos da sociedade local. Em precárias condições, existiria a biblioteca a compor, enfim, o quadro das condições mínimas de ensino.(49)

Os seminários arquidiocesanos e os cursos jurídicos são notadamente as fontes de fornecimento do pessoal docente da FAFI "... Os seminários católicos e a Faculdade de Direito de Recife, além de suas funções peculiares, exerciam vigorosa atividade cultural, considerados mesmo focos de irradiação do saber humanístico".(50) Egresso de seminários católicos de Recife, o corpo docente da FAFI se caracterizará, mais tarde, como sendo dos mais conservadores da Universidade.

Esse traço influirá marcadamente em diversos andamentos e possíveis tentativas de renovação da futura Universidade.(51)

Surgindo da necessidade de se qualificar pessoal para o magistério secundarista, a FAFI se propunha inicialmente a especializar professores de Português, Francês, Espanhol, Italiano, Latim (Curso de Línguas Neo-Latinas), Geografia, História (curso unificado) e Pedagogia. A implantação imediata desses cursos e disciplinas justificava-se pela necessidade explícita e pelo fato de que o pessoal docente se mostrava acessível ao recrutamento,(52) com exceção do corpo docente de línguas estrangeiras, aos quais se tinha que oferecer algumas regalias em troca de seus serviços, o que de regra ocorreria a quase todas as disciplinas que exigissem pessoal docente com maior nível de qualificação.

Dados documentais indicam que o processo burocrático de criação da FAFI correu livre, visto não despertar interesses politicamente conflitantes e seus custos não significarem ônus significativos para seus empreendedores, ao contrário do que acontecerá mais tarde com algumas escolas da área de saúde, em cujo processo entrarão conflitos de interesses político-partidários e cujo investimento deverá exigir mais recursos aos seus idealizadores.(53)

De iniciativa do governo do Estado, a FAFI desfrutará do prestígio junto ao corpo social, mais do que sua congênere, de caráter particular, mantida pela Ordem da Imaculada Conceição (Faculdade

de Filosofia das Lurdinas), que, não suportando a concorrência da FAFI estadual, acabará desativada.

A Faculdade de Filosofia do Estado e a Faculdade de Direito, a ser criada depois, formarão o quadro das escolas que, além das atribuições profissionalizantes específicas, serão a fonte institucionalizada do "saber humanístico" que deverá ser um das qualidades para que se pudesse caracterizar o futuro componente da "inteligência".

6. FACULDADE DE DIREITO DA PARAÍBA: um desafio à hegemonia cultural do Recife.

As profissões médicas e jurídicas caracterizavam as famílias de elite e já nas décadas de 40 e 50 eram aspirações de famílias com pretensões à ascensão social.

Quando se concebeu a criação de um curso jurídico superior na Paraíba, iniciativa sobretudo da classe jurídica, o Clube de Engenheiros, paralelamente, cogitou uma escola superior de Engenharia, enquanto outras escolas já constavam nas concepções de vários profissionais liberais, e algumas tinham sua tramitação burocrática e legal encaminhada. Daí o estímulo, em regra, à criação da Comissão de Planejamento do Ensino Superior que, euforicamente, "mobilizou" homens e idéias"(54) Integraram esta comissão membros da Ordem dos Advogados do Brasil, do Tribunal de Justiça, da Faculdade de Ciências Econômicas, da Academia de Letras, da Sociedade Paraibana de Cirurgiões Dentistas, do Clube de Engenharia da Paraíba, da Associação Comercial.(55) É, pois, uma composição representativa dos diversos setores liberais da sociedade que então já se impunham como forças de pressão para mudanças sociais e culturais.(56) Ao mesmo tempo, a Assembléia Legislativa se mobilizou em torno de projeto de lei concedendo vultosa ajuda à primeira faculdade ou escola de ensino superior fundada, projeto que obteve aprovação unânime, cabendo à Faculdade de Direito a conquista dessa ajuda.

A presença de representantes do Tribunal de Justiça e da Ordem dos Advogados na Comissão de Planejamento do Ensino Superior atesta os interesses da classe jurídica que se envolveria mais diretamente no processo.

Uma das expectativas com relação à criação da Faculdade de Direito consistia em que, do bacharelado paraibano, deveriam sair em futuro próximo as novas composições do corpo parlamentar estadual e municipal, do magistério e, enfim, as novas formações dos quadros dirigentes locais. O anelo de advogado era perseguido, tanto por componentes de classes altas como reforço ao status, como pela classe média como forma de ascensão social. As famílias portadoras de recursos sanavam a questão da inexistência de curso jurídico, local, enviando os filhos a outros estados. As famílias de renda baixa impedições irremediáveis se impunham.(57)

Como ocorrera a todas as escolas superiores na Paraíba, críticas se fizeram à Faculdade de Direito, principalmente por parte de juristas pernambucanos, críticas que aqui se internalizavam e eram assumidas até por juristas paraibanos.(58)

A Ordem dos Advogados concedeu a Hermes Pessoa plenos poderes para que cuidasse "desde as primeiras providências até os trâmites para que (a faculdade) fosse reconhecida pelo Ensino Superior."(59) Para que seu funcionamento fosse liberado pelo MEC, a legislação impunha no sentido de que fossem apresentadas às instâncias superiores todas as condições de funcionamento.(60) Os recursos exigidos por lei foram carreados, possibilitando apresentar ao MEC a justificativa legal de funcionamento da Faculdade de Direito. No âmbito federal, as pressões dos parlamentares da bancada paraibana completaram o reforço em torno do objetivo de se criar a Faculdade de Direito. José Américo de Almeida, então governador e figura de relevo na política nacional, interferiu junto ao MEC, na etapa final do processo, direcionando esforços para que fosse liberado o quanto antes a licença para o funcionamento da escola. Visando a que a Faculdade fosse reconhecida pelo MEC, atuou Pereira Lira, pois, sendo paraibano e chefe da Casa Civil da Presidência da República, tinha condições políticas de agilizar o processo nesse sentido.

No entanto, o Conselho de Educação submeteu o processo a demorado exame e levantara questões em torno do mesmo, criando embaraços ao jurista Hermes Pessoa, que se tinha deslocado ao Rio de Janeiro para acompanhar e fazer avançar o processo.

A morosidade e os impedimentos legais sensibilizaram e inquietaram o Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Paraíba, de quem Hermes Pessoa se fazia porta-voz nos labirintos burocráticos do MEC.(61) A imprensa paraibana contribuía para a criação do clima de expectativa quanto ao desenlace do processo, veiculando no dia-a-dia as notícias de sua tramitação.

Em 1951, a situação da Faculdade de Direito parece chegar ao seu clímax. A expectativa da comunidade já pesa consideravelmente nas esferas parlamentares. É sintomático o desabafo de Epitácio Pessoa Filho diante do emaranhado burocrático: "Epitácio Pessoa Filho interferiu, declarando no Ensino Superior que, se não fosse autorizado o funcionamento da Faculdade de Direito, naquele mesmo ano de 1951, então ele não teria condições de voltar à Paraíba."(62)

Concretamente, os fatos se impuseram. Havia alunos, havia professores, havia espaço físico e recursos. Havia o apoio da comunidade, enquanto que parlamentares, nas instâncias municipais, estaduais e federais se sensibilizavam. Vale lembrar que 1951 está inserido na realidade democrático-populista, o que permitia a atuação esforçada das bancadas parlamentares.

A Faculdade de Direito é criada legalmente em 1951 e sua turma inicial tinha quarenta vagas,

abertas pelo Ministério, sendo que todos os candidatos foram aprovados e aproveitados, porque as pressões atuaram no sentido do aproveitamento de todos.(63)

7. Do assistencialismo espontâneo ao assistencialismo planejado: ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL.

Da atividade assistencial nos âmbitos restritos de instituições religiosas e em algumas áreas oficiais, parte-se para iniciativas de caráter mais abrangente, desde 1949. Nos últimos anos da década de 40 e nos primeiros anos da década de 50, criam-se três cursos intensivos de auxiliares de serviço social, cuja clientela se compõe basicamente de "senhoras e jovens da Ação Católica, funcionários do SESI, do SESC, da Prefeitura Municipal, do Departamento de Serviço Social do Estado", que procuram "noções básicas" de Serviço Social para desempenhar o trabalho social que aqueles órgãos começam a realizar na capital.(64)

Observando a clientela, conclui-se que a Igreja objetiva desenvolver tecnicamente o trabalho de assistência social entre as populações periféricas da sociedade sem vínculos com os órgãos beneficentes públicos. O fato dessa clientela buscar "noções básicas" está indicando que esses cursos não possuíam caráter qualificante de pessoal, mas apenas instruíam elementarmente um pessoal que na prática já exercia as funções de assistente social.

Os idealizadores e a clientela daqueles pequenos cursos realizados consecutivamente em 1949, 1950 e 1951, daí por diante, sentiram a necessidade de que se abram perspectivas mais largas no setor do Ensino do Serviço Social, tanto pelo êxito alcançado, como pela expectativa criada por um mercado de trabalho que tende a se alargar,(65) sobretudo pela expansão do assistencialismo oficial. A conjuntura política, favorecendo o populismo empreguista, abre possibilidades de funções ocupacionais nas centenas de repartições públicas municipais, estaduais e federais e autarquias.

É nesse quadro de situações que se idealiza uma Escola de Serviço Social de nível superior, iniciativa encampada pelos grupos que anteriormente se tinham envolvido no patrocínio daqueles cursos acima citados, sobressaindo-se nessa campanha a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade. A campanha se inicia procedendo-se ao esclarecimento junto à comunidade com a finalidade de se buscar o apoio da opinião pública. Este procedimento se instrumentaliza nos meios de comunicação, sobretudo o rádio, utilizado para se preferirem palestras de esclarecimento. Enquanto a campanha se desenvolve através da imprensa, boletins informativos sobre o assunto são enviados para autoridades e para alunos secundaristas conjuíntes.(66)

1951 marca a fundação da Escola de Serviço Social, contando com o apoio da Igreja e do governo do Estado, no momento em que se abre o proces-

so histórico de criação do Ensino Superior na Paraíba, momento este já quase que totalmente favorável à proliferação de escolas superiores em todo o país.

Porém, dado o seu caráter de instituição particular, a escola de Serviço Social não escapará às dificuldades resultantes da escassez de recursos, e sobreviverá à sombra dessas dificuldades, até que seja absorvida pela Universidade Federal.

8. FACULDADE DE MEDICINA DA PARAÍBA: a pressão da classe médica.

A década de 50 registra a criação de diversas escolas superiores na Paraíba, atendendo à formação profissional para um mercado de trabalho em vias de abertura e diversificação.

A Faculdade de Medicina é fundada em 1951, estimulados os seus idealizadores pelo êxito obtido nas demarches em prol da Faculdade de Direito. A criação da Faculdade de Medicina se coloca como o estopim desencadeador do processo de abertura dos demais cursos superiores na área da saúde.

A ausência, na Paraíba, de curso superior de Medicina até 1951 implicava em transtornos para a clientela estudantil de nível social mediano, estranhalada entre o status quo e o status aspirado. A necessidade de deslocamento para outros estados se configura como um desses transtornos, mesmo em se pensando que a locomoção se desse somente até Recife, onde havia o curso de Medicina mais próximo.(67) Nessas condições se verificam acontecimentos ligados a estudantes que saem da Paraíba e se expõem a diversificadas nuances de submissão ditadas pelo clientelismo urbano de pós-30.(68)

O municipalismo da constituição de 1947 carreará para os municípios considerável parcela da arrecadação do imposto de renda que se colocará à disposição, inclusive, de serviços sanitários municipais. Ao Departamento Estadual da Saúde afluiram das prefeituras inúmeras solicitações no sentido de que se instalassem postos de higiene nas diversas cidades do Estado, arcando as prefeituras com despesas de manutenção e oferecendo vantagens em vencimentos aos sanitaristas. Ainda assim, não apareceram os candidatos, porque o pessoal, rarefeito, se dispersava entre os consultórios médico-sanitaristas, ambulatórios e hospitais de iniciativa particular.(69) Enquanto isso, no Recife, cria-se a Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco.

Em termos gerais, mostra-se precário o funcionamento das faculdades de Medicina do país, conceituando-se as do Rio e Bahia como centros formadores tradicionais de médicos e pontos de confluência da clientela estudantil socialmente bem situada. Pernambuco, que sobre os estados vizinhos, mantinha hegemonia econômica, sustentava também essa hegemonia na área cultural: os cursos jurídicos de Olinda e Recife imprimem a marca do saber sobre todo o nordeste e constituem focos de produção acadêmica da região. Na área de saúde, Pernambuco se diferencia dos estados vizinhos, é para este estado que confluem os interesses estudantis da área, mesmo

porque sua proximidade geográfica os viabilizam.

Recentemente, os órgãos federais da Educação haviam liberado o funcionamento da Faculdade de Medicina de Alagoas, o que de certo modo abria precedente para a instalação de instituições congêneres em outros estados tidos como carentes, no nordeste. O presidente do Conselho Nacional de Educação teria declarado ao dr. Humberto Nóbrega, elemento da cúpula interessada no processo, que pensava emitir parecer aprovando a criação da Faculdade de Medicina da Paraíba, tal como já fizera com a de Alagoas.(70) A Faculdade de Medicina de Alagoas, sem apresentar condições ideais de funcionamento, não tivera o seu processo de criação submetido às exigências do MEC,(71) ao contrário do que se procederá com a Faculdade de Medicina da Paraíba naquela esfera federal da Educação.

No âmbito estadual, o governo reconhece ser Medicina o curso superior de que mais se necessita na Paraíba, mesmo porque todas as cidades do interior se ressentem da ausência de unidades sanitaristas, metas de muitas prefeituras, o que só se concretizaria se se viabilizasse a qualificação do pessoal da área de saúde. Nesse contexto e dentro das possibilidades de abertura de um mercado de trabalho, concebe-se uma Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia.(72)

As articulações dos elementos interessados com as esferas estaduais, municipais, federais e com a Santa Casa da Misericórdia viabilizam a conquista de ajuda no sentido de se obterem local de funcionamento e equipamentos adequados, ao mesmo tempo em que se estabelecem contatos com os cirurgiões dentistas locais, avaliando-se que através do empreendimento era aglutinar mais forças em torno do movimento pela criação da Faculdade de Medicina.

A instalação da Faculdade de Medicina merecerá, mais tarde, notas de apoio por parte da imprensa, que ressaltará o "dinamismo da classe médica na Paraíba", considerando que a faculdade recém criada "aumentará as unidades que, futuramente, aglutinarão a Universidade da Paraíba",(73) ao mesmo tempo em que a Igreja se pronuncia declarando que a Paraíba "necessita de mais doutores". "... Não calha o argumento de que estamos muito perto do Recife, não calha porque no Recife mesmo já se está cogitando de mais uma Faculdade de Medicina. Cento e tantos dos estudantes, com exame vestibular feito, não puderam frequentar este ano a escola da vizinha cidade por mingua de vagas".(74) Os discursos de fundação da faculdade relevarão o fato como digno do apoio das várias camadas sociais e atribuirão o sucesso do evento ao "prestígio da classe médica, já sob o ponto de vista moral, já sob o cultural e o social".(75)

Enquanto na comunidade local se verifica essa receptividade à escola de Medicina, certos setores da comunidade mais ampla do país mostram-se avessos à iniciativa, considerando sobretudo que o saber não tinha condições de penetrar regiões economicamente fechadas e atrasadas. Essa posição foi assumida por determinados porta-vozes de

setores da própria classe médica brasileira. Assim é que, no VIII Congresso Brasileiro de Higiene, em Recife, às vésperas da fundação da faculdade de Medicina, presentes expressivas figuras nacionais e internacionais do mundo médico-científico, os médicos paraibanos tentam positivamente ocupar aquele espaço e dali retirar moções em favor da Faculdade de Medicina; essa tentativa, depois concretizada, recebe aplausos da plenária, mas ao mesmo tempo é crivada de críticas por parte de alguns daqueles setores já mencionados. O prof. Geraldo de Paula Souza, médico de nome internacional, é um dos elementos que se coloca de viva voz contra o empreendimento, protestando contra "a proliferação de faculdades de medicina que estava ocorrendo no país" e pondo-se de público em posição contrária "às fábricas de doutores que não preparavam médicos, mas somente concediam títulos a valdosos elementos de cidades do interior".(76) Os discursos em torno da Faculdade de Medicina punham em relevo a questão das desigualdades regionais e a hegemonia econômica de outras regiões sobre o nordeste.

A imprensa local, quando das últimas e decisivas providências de fundação da escola, ressalta a importância do evento, mas também traduz as inquietudes dos setores mais céticos da comunidade diante do que se considerava como empreendimento faraônico em termos de Paraíba.(77)

Assis Chateaubriand, por ser paraibano e por dirigir empresa publicitária com raio de extensão nacional, é convidado a participar da campanha na esfera federal, ao que o mesmo não se mostra receptivo, argumentando sobre a pobreza da região e concluindo ser "mais útil aos paraibanos reduzir tudo a arados e implementos agrícolas do que fundar faculdades."(78)

As eleições de 1950 alteram a nova ordem política no Estado e a própria estrutura administrativa que vinha articulando a organização da Faculdade de Medicina. A Divisão de Ensino Superior passa a se deter nos modos como era encarada a faculdade pelos novos quadros políticos estabelecidos na Paraíba. Contatos são mantidos com o novo governador — José Américo de Almeida — sobre o assunto, ao que o mesmo teria opinado que na Paraíba não havia condições de funcionamento de uma faculdade de Medicina, sobretudo se se pensasse que havia em Recife escola congênere e muito bem conceituada na comunidade paraibana. A idéia da escola superior, gerada no governo anterior, oposicionista, começava a ser colocada em dúvida nos novos escalões governamentais paraibanos.(79)

O Conselho Nacional de Educação só veio a se pronunciar em definitivo a favor da Medicina três anos depois, quando o próprio governador do Estado enviou ao Legislativo o projeto de criação da Universidade, sob pressão do alunado pré-vestibulando, cujas representações estiveram com o governador, "reclamando contra a protelação do funcionamento da escola."(80)

9. FACULDADE DE ODONTOLOGIA: reação à marginalização dos dentistas.

Os dentistas, que pouco tinham se movimentado pela Faculdade de Medicina, alegando sua situação de dependência face à nova instituição, já que o curso de Odontologia ficaria em anexo ao de Medicina, acorrem a providenciar a documentação exigida para a implantação da futura Faculdade de Odontologia, estimulados com a onda gerada pelas pressões estudantis secundaristas e pelas recentes atitudes governamentais favoráveis à Faculdade de Medicina.

Na época, apenas noventa e nove dentistas há em todo o Estado da Paraíba. O mercado de trabalho é estreito na medida em que ainda não há órgãos assistenciais, particulares ou oficiais, capazes de absorver o pessoal qualificado que sai das Faculdades dos estados vizinhos.(81) A explicação vale para toda a área de saúde, e essa situação perdura enquanto o pessoal recém-graduado não instala suas próprias clínicas.

Os estados receptores da clientela estudantil de Saúde são: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará. Os mais bem dotados financeiramente chegam à Bahia ou ao Rio. A maioria, porém, se não consegue bolsas de estudos através de apadrinhamento político, abandona os estudos.(82)

O movimento pela criação da Faculdade de Odontologia é encabeçado pela Associação Paraibana de Cirurgiões Dentistas, apoiado pela Comissão de Planejamento do Ensino Superior, à época bastante atuante.

Entraves financeiros na Paraíba e dificuldades burocráticas na esfera do MEC emperrariam a iniciativa. As barreiras colocadas se firmariam em razão de já existirem na região, em estados vizinhos, escolas superiores daquele gênero.

Enquanto a iniciativa se desenrola sob o caráter particular, as dificuldades se agridizam, o que força o governo do Estado a encampar as primeiras providências, arcando formalmente com a responsabilidade de encaminhá-las ao nível burocrático e se comprometendo em assumir as iniciativas pertinentes a sua manutenção.

A idéia anterior de se criar a Faculdade de Medicina, Odontologia e Farmácia encontrara nos trâmites legais definitivos obstáculos, vez que aqueles cursos, funcionando conjuntamente numa só faculdade, feriam exigências jurídicas do Ensino Superior, pois que Odontologia e Farmácia deveriam funcionar na condição de cursos anexos ao de Medicina, sem nenhuma autonomia. Essa condição gerou reações por parte dos profissionais odontólogos, através de sua Entidade de classe — Associação Paraibana de Cirurgiões Dentistas, fundamentando-se os dentistas em que se inviabilizaria o funcionamento satisfatório e equitativo daqueles três cursos de saúde, além de que o setor odontológico, sob o condicionante de funcionar em curso

anexo ao de Medicina, poderia se tornar passível de incursões dos médicos, gerando futuras concorrências no mercado de trabalho, já bastante limitado, para os dentistas. Os odontólogos anteviam que mais recursos seriam trazidos para Medicina, visto ser este curso mais tradicional e de mais alto custo.(83)

A entidade dos dentistas trata de criar a "Sua" faculdade que, segundo os dentistas "correspondia a antiga aspiração da classe". Pretende-se que seu funcionamento ocorra dentro do prazo mais ágil possível. Para isso é que a Associação dos Dentistas designa comissão para encaminhar e acompanhar documentação pelas vias legais das instâncias federais do Ensino Superior.(84)

Na Assembléia Legislativa, onde a idéia encontra vigoroso respaldo em parlamentares que também são dentistas, discursos se sucedem em favor da Faculdade de Odontologia; defender a faculdade é defender a classe odontológica, aquela altura marginalizada em relação aos médicos. A intenção parlamentar se expressa no sentido de se fazerem dividir os recursos constantes em projetos que beneficiariam unicamente ao curso de Medicina.(85)

Nota oficial da Associação Paraibana de Cirurgias Dentistas é enviada e lida no Legislativo, realçando que a Faculdade de Odontologia há muito era assunto de interesse da classe. O documento declara também o desconhecimento oficial da classe com relação à criação da Faculdade de Medicina, uma vez que os dentistas identificaram-se do fato através dos jornais, não chegando para eles nenhuma comunicação oficial, apesar de que alguns dentistas, individualmente, tinham recebido convite informal para ministrar aulas, alguns deles tendo declinado o convite visto terem assumido compromisso anterior com a Associação dos Cirurgias Dentistas. Para os dentistas parlamentares, o clima era propício à Faculdade de Odontologia da Paraíba, pois a de Recife estava se federalizando e seu número de vagas se estreitava sensivelmente.(86)

Os debates na Assembléia Legislativa e na Associação Paraibana de Cirurgias Dentistas ressaltam a posição desvantajosa da Faculdade de Odontologia na condição de curso anexo à Faculdade de Medicina, acarretando aborrecimentos aos docentes e ao alunado que objetiva a profissionalização.(87) O deputado Asdrúbal Montenegro enfatiza no Legislativo que, enquanto a nível nacional, o objetivo é a autonomia das faculdades de Odontologia, aqui na Paraíba cria-se um curso de Odontologia atrelado à Faculdade de Medicina, acrescentando que a criação da Faculdade de Odontologia significa a tentativa de valorização dos odontólogos. (88)

O impasse é quebrado pela intervenção, no processo, de propostas alternativas e de adendos que beneficiariam parcelas maiores dos setores profissionais da Saúde. Uma proposta que previsse a criação de três entidades, autônomas entre si, pareceu consensual e viável: Medicina, Odontologia e Farmácia. Dificuldades financeiras e burocráticas, aparecendo como primeiros obstáculos concre-

tos, se amenizariam, tão logo o governo do Estado encampasse a iniciativa.(89)

A imprensa divulgaria, mais tarde (1955), informes sobre o reconhecimento da Faculdade de Odontologia pelo MEC, enfocando a boa receptividade do acontecimento junto à comunidade.(90) A falta de recursos, porém, determina o não funcionamento do Curso de Farmácia, o que só ocorrerá em 1956.

10. ESCOLA DE ENFERMAGEM: processo de um mercado em abertura.

O "rush" denunciado pelo processo de criação das Faculdades de Medicina e de Odontologia abriu perspectivas à formação de mercado de trabalho para os profissionais de Enfermagem. Este fato criaria as condições históricas para o arremate do processo de criação da Escola Superior de Enfermagem.

As décadas de 30 e 40 acentuam na Paraíba a existência de cursos de pequena duração no setor de Enfermagem, cursos que não atingiam sequer o nível de média qualificação profissional. Esses pequenos cursos se promoviam nas esferas governamentais de saúde e pretendiam atender à clientela que deveria atuar sub-profissionalmente em rarefeitos consultórios médicos e hospitais particulares e nos poucos serviços médicos públicos. Na promoção desses cursos mobilizam-se a Diretoria de Assistência Pública da Prefeitura e o Departamento Estadual de Saúde.(91)

É na década de 40 que a contingência da I Grande Guerra impulsiona a proliferação daqueles pequenos cursos de Enfermagem, encampados por órgãos públicos de saúde do Estado e do Município, no setor de Enfermagem emergencial. Não se passa ainda, porém, do nível acanhado da elementariedade, sem horizontes profissionalizantes definidos.

Até o início da década de 50, o mercado de trabalho para o pessoal de Enfermagem não vislumbra perspectivas de abertura. A esporadicidade e o caráter não profissionalizante dos cursos determinam sua fraca procura que se registra notadamente numa clientela de baixa renda. Essa contingência se agrava na medida em que se concebe a profissão atrelada ao serviço hospitalar privado, aos consultórios e ambulatórios médicos e aos serviços beneficentes de saúde, resultando na limitação do mercado de trabalho, visto serem esses serviços ainda pouco significativos, em termos de absorção de pessoal, e se limitar sua existência à Capital do Estado.(92)

No governo Oswaldo Trigueiro, verifica-se a tentativa de se criar no Estado "uma Escola de Enfermagem de alto padrão", atentando-se para as condições de enfermagem existentes e aproveitando-se a oportunidade da ONU ter aprovado a criação do FISI (Fundo Internacional de Socorro à Infância) como parte do plano colonialista de ajuda aos países vítimas da guerra e aos países em crise de alimentação. O plano de Oswaldo Trigueiro, porém, esbarra em dificuldades de repasse de verbas e se amorte-

ce diante das exigências de outros Estados nordestinos de serem incluídos na distribuição dessas verbas, redundando numa "iniciativa fracassada", (93) visto a inviabilidade e a insignificância do montante que caberia a cada Estado, caso a verba fosse assim repartida.

No entanto, a contingência da população paraibana ser de 1.685.400 habitantes, com 169 médicos e apenas 03 enfermeiras (1950) e a constatação de que se necessitava de um médico por cada mil habitantes e de dois enfermeiros por cada médico, (94), levaria o Governo Estadual, com recursos próprios, a encampar empreendimento de criação da Escola Auxiliar de Enfermagem em 1953(95). A criação da Faculdade de Medicina, assim como a ampliação da assistência médica estadual e municipal, com abertura de mais postos de saúde em todo o Estado, impõe cada vez mais a necessidade de mais enfermeiros para prestarem serviços nas áreas de saúde que se ampliam.

A Escola de Enfermagem, pois, aparece no bojo mesmo do processo de criação da Faculdade de Medicina.

IIIa. PARTE

UNIVERSIDADE DA PARAÍBA:

O DIFÍCIL CAMINHO HISTÓRICO

O funcionamento efetivo das escolas superiores isoladas estaduais e particulares, o satisfatório contingente de alunos, abrindo margem para uma crescente procura de cursos, o andamento precário de algumas escolas por falta de infraestrutura financeira, a formação a curto e médio prazos de mercados de trabalhos nos diversos ramos profissionais, como Medicina, odontologia, Magistério Secundarista, Advocacia e Engenharia, seriam as condições propulsoras de criação da Universidade Estadual da Paraíba, em 1955.

Dificuldades materiais levariam o governo a encampar algumas Escolas para que pudessem sobreviver. Assim ocorreria, por exemplo, com a Faculdade de Odontologia e Farmácia no governo José Américo, mesmo em se pensando que não era das mais graves a situação de manutenção daquela Escola, cujo suporte infraestrutural "conferia-lhe posição privilegiada diante (das Escolas) do Recife, Fortaleza e das demais Escolas (de Odontologia) do Nordeste". (96) Os equipamentos didáticos chegavam a atender razoavelmente às necessidades de sua clientela, então pouco numerosa.

Quanto à Faculdade de Medicina, os custos elevados de sua operacionalização forçaram a que fossem mobilizados "recursos de maior durabilidade". (97)

As escolas particulares eram mantidas por grupos associados - associações de classe, fundações, empresas privadas, e recebiam mensalidades dos alunos, reforçadas por pequenas verbas federais e estaduais.

A manutenção das escolas oficiais se viabilizava através dos governos estadual e federal, sendo que, no mais das vezes as verbas federais advinham de atuações e esforços políticos de parlamentares paraibanos no âmbito do Legislativo estadual e do Congresso Nacional.

A escassez de recursos da maioria das Escolas seria um dos fatores de mobilização pela criação da Universidade. A primeira dificuldade aparece nas instalações físicas das Escolas. A Faculdade de Direito, por exemplo, criada na intenção de nivelar elementos de classe média da sociedade à elite bacharelada, situa-se de início num acanhado prédio do Estado, sem a mínima postura para o funcionamento acadêmico.

Dificuldades desse tipo levariam o governo do Estado a encampar iniciativas particulares de ensino, tal como ocorreu à Faculdade de Odontologia durante o governo José Américo de Almeida. Tão desalentadoras se apresentam as condições materiais da maioria das Escolas, que algumas delas, no procedimento da seleção dos docentes, ressaltam a importância da apresentação do curriculum acadêmico no lado da expressão manifesta de "votos de pobreza e renúncia às vantagens materiais."(98)

A situação se faz mais nítida em Escolas da área humanística, cuja postura infraestrutural se pode imaginar dispensando materiais os mais elementares para o desempenho didático satisfatório. Essa concepção é levada ao extremo de se permitir, por exemplo, a inexistência de bibliotecas em algumas Escolas.

Os auxílios federais são concedidos através de convênios entre as direções das Escolas e o MEC, após aprovação de planos de aplicação nos quais as verbas são destinadas exclusivamente à aquisição de equipamentos e materiais de consumo.(99)

Determinadas Escolas adquirem montantes mais significativos de recursos, dado ao aparato tecnológico, visivelmente ocorrendo o caso com a Faculdade de Medicina. Entretanto, registram-se situações em que os recursos advêm na medida em que pessoas direta ou indiretamente ligadas a certas Escolas têm acesso às esferas federais do MEC; a Escola Politécnica de Campina Grande se localizaria nessa última hipótese.(100)

A carência de recursos afeta principalmente as escolas particulares, visto serem mantidas quase que exclusivamente com as mensalidades dos alunos, sem outros meios estáveis de manutenção.(101)

As condições de funcionamento das Escolas, precárias por falta de elementos materiais, e o mercado de trabalho que começa a se esboçar nos setores referentes aos diversos ramos de ensino já instalados, pressionariam para que providências fossem tomadas no sentido da criação da Universidade, sob a cobertura do Estado. O fator mercado de trabalho se alia ao fator ascensão econômico-social da classe média "que procuraria justificar através da Universidade, a condição de elite," conforme dirá mais tarde o primeiro reitor da Universidade, Prof. Dumerval Trigueiro Mendes.(102)

A Faculdade de Medicina surge depois de árdua batalha, tanto a nível interno da província, com críticas à possível precariedade de condições para seu funcionamento, como a nível dos círculos do

MEC. "A complexidade de instalações das diversas disciplinas e cursos desapontava o efêmero entusiasmo de alguns de seus empreendedores".(103) A motivação de seus idealizadores se situa no fato de, na época, a Paraíba contar apenas com 169 médicos e haver possibilidades de abertura de mais unidades sanitárias estaduais e municipais.(104) Enquanto esse mercado de trabalho não se concretiza, muitos estudantes evitam o Curso de Medicina: "nesse ramo profissional, era restrita a área ocupacional em João Pessoa; não havia institutos de assistência social suficientes para absorver o pessoal recém-graduado."(105)

Ao setor odontológico, o mercado de trabalho aparece mais estreito, visto a perspectiva se revelar mais para Medicina — as unidades de saúde recém implantadas ou em vias de implantação se destinam, na maioria, ao atendimento médico.

A dificuldade de locomoção para outros centros em busca de especialização profissional é o fator que sensibilizará certos setores da sociedade, contribuindo para a formação do clima favorável à criação da Universidade. As camadas médias, em vias de ascensão social, seriam as mais beneficiadas. "A Universidade serviu a que muitos rapazes pobres não precisassem se deslocar para outros centros."(106)

Aos desprezados, difícil e faraônica é a concepção de uma universidade na Paraíba à época.(107) Se faraônico era se conceber uma Universidade, difícil se pensar na pequena classe média com possibilidade de adquirir um diploma.(108)

Agravando o quadro, há Escolas, notadamente na área de saúde, onde aparecem sinais de afilhadismo político e social. "Na área de saúde, em recra, há uma formação de verdadeira casta, só se permitindo a formatura com maior facilidade para aquele pessoal de classes mais elevadas, no caso de Medicina, especificamente".(109)

Apesar das críticas, construtivas ou destrutivas, apesar da falta de recursos para as escolas em geral e do caráter seletivo dessas Escolas, a clientela estudantil presiona numericamente, exigindo ampliações de instalações, sem que no entanto as condições financeiras existam, o que gera certos impasses, somente solucionáveis através de medidas mais abrangentes e duradoras. Essa situação se verifica sobretudo em relação às escolas particulares.

A Faculdade de Filosofia, estadual desde sua fundação, tem a composição discente formada de 85% de mulheres, na maioria de classe média e alta,(110) sem significação numérica.(111) Mesmo assim, em 1955 cogita-se de um Curso de Jornalismo, apesar do ínfimo mercado de trabalho para jornalismo à época e do fato de já existir em funcionamento na cidade um Curso de Jornalismo de nível superior na Faculdade de Filosofia, de caráter particular, mantida pelas Lurdinas e recebendo subvenções governamentais.(112)

Sem condições de suportar financeiramente seu corpo docente, as diversas Escolas, principalmente Medicina, exigem, no início, sacrifício aos professores de quem se pediu uma contribuição inicial para financiar "as despesas urgentes e inevitáveis".(113)

No ato de recrutamento do pessoal docente das escolas isoladas, o nível de exigência acadêmica, condizente com o corpo das condições existentes é mediano, naquela situação em que no Brasil pouco se conhece sobre Cursos de Pós-Graduação. "O grau de doutor se concedia a quem fizesse concurso aos cargos de catedráticos e livre docência. Esse concurso consistia em apresentação e defesa de uma tese, pronunciamento de uma aula chamada "aula magistral" e exame do currículo do candidato. Depois de tudo isso se concedia o título honorífico de "doutor". Fora isso, raramente podia se apresentar tese numa escola superior credenciada e, mediante banca examinadora submeter-se a verdadeira maratona de conhecimentos. Quem não se submetia a tudo obtinha o título de cortesia de doutor".(114) Daí se adotar o critério do "notório saber" ou do "mérito" na seleção dos docentes locais.(115)

O corpo docente da área humanística de ensino superior na Paraíba apresenta características culturais marcadamente de influência católica. Os seminários católicos e os cursos jurídicos de Pernambuco são considerados focos de irradiação do saber humanístico,(116) daí o corpo docente das escolas dessa área na Paraíba ter sido recrutado inicialmente naqueles centros. Isso se verifica mais acentuadamente em relação à Faculdade de Filosofia. Deve se acrescentar a esses dois focos de suprimento de pessoal docente, parcela do contingente de professores de nível secundarista que também é aproveitada. Explica-se, portanto, o funcionamento inicial da FAFI com Cursos de Geografia e História, Letras Neo-Latinas e Pedagogia, cujo quadro de docentes aproveitava o potencial humano existente na Paraíba e no vizinho Estado de Pernambuco. Funcionários, docentes e toda a clientela estudantil restringem suas atividades a salas do Lyceu Paraibano, onde funcionam cursos secundaristas. Salas e material didático elementar são os recursos didáticos de que dispõe a comunidade escolar. Esses recursos serão ampliados visivelmente mais tarde com a integração da escola em Universidade Estadual. A própria situação sócio-econômica de funcionários e professores comprometia a qualidade de ensino, visto que "os professores tinham de trabalhar em outras escolas ou acumular atividades profissionais liberais, pois não se podia viver de uma só profissão sobretudo a de magistério".(117)

Algumas escolas da área tecnológica têm seus quadros docentes, em grande parte, preenchidos por pessoal egresso ou simultâneo à Escola de Engenharia de Pernambuco, apesar de algumas objeções locais se levantarem, pelo fato de ter sido a Politécnica desde a sua origem acirradamente criticada por intelectuais e profissionais liberais pernambucanos. A pressão em contrário à criação

daquela Escola por parte de intelectuais pernambucanos advém de que não se admite que a Paraíba divida com o Estado vizinho a suficiência cultural.(118)

Apesar do sacrifício exigido dos docentes quando de seu ingresso no magistério superior — salários simbólicos, precárias condições de ensino e outros inconvenientes subsequentes — a função docente é vista não raro como forma de investimento na aquisição ou ascensão de status social.(119)

É no governo José Américo que as condições sociais e políticas se reúnem para amadurecer a concepção universitária. Uma classe média que se crê estrangulada entre o status quo e o status almejado, entre a falta de especialização legal e um mercado de trabalho que se esboça em todos os setores para as profissões especializadas; essa cadeia social encontra seu habitat político no governo José Américo, escritor, advogado, parlamentar e figura de destaque nos círculos políticos nacionais que durante sua gestão no governo estadual encarna todo o ideário da classe média, situação que o leva a tomar providências agilizadoras em prol da Universidade, tencionando "evitar o êxodo dos valores da terra e aqui formar um núcleo cultural".(120)

NOTAS

1. Ma. Luiza Santos Ribeiro, "História de Educação Brasileira", p. 73.
2. Id. lb., p. 73/74.
3. Id. lb., p. 70.
4. Id. lb., p. 79/83.
5. Id. lb., p. 83/84.
6. Lúcia Lippi Oliveira: "As raízes da Ordem: Os intelectuais, a cultura e o Estado". Trabalho apresentado ao Seminário sobre Revolução de 30, Rio de Janeiro - p. 01/02.
7. Id. lb., p. 03.
8. Id. lb., p. 10.
9. Id. lb.,
10. Manifesto Regionalista, in Lúcia Lippi Oliveira, op. cit. p. 12.
11. "Eu tinha tendência ao Curso de Medicina e na época na Faculdade de Medicina de Bahia na parte de Anatomia, o sujeito tinha que decorar os quatro livros em francês. Então optei por Engenharia por ser uma carreira mais dedutiva e menos decorativa" (Serafim Rodriguez Martinez - Entrevista à equipe Projeto História de UFPb-NDIHR, em 07.05.1980).
12. "A Paraíba teve este ano (1934) na nova turma de médicos de Recife, as duas primeiras médicas: 1) Dra. Eudésia Vieira, nome paraibano, professora das mais competentes do magistério público. Tendo rumado os estudos para a especialidade em assuntos Ginecológicos, a novel doutora escreveu um substancioso tratado científico que obteve francos aplausos da douda Congregação da Faculdade de Medicina de Recife. 2) Neusa de Andrade, mul moça ainda, termina seu curso cercada de admiração de todos os seus colegas, ao seu talento e ao seu espírito bem formado em Faculdade, um lugar de destacado relevo. Ambas dentro em breves dias, abrirão nesta Capital os seus consultórios médicos" (Jornal "Imprensa" de 04.01.1934, acervo do I.H.G.P.).
13. "Depois de vitoriosa a Revolução de 1930 foi aclamado Interventor da Paraíba e governador geral do norte até a posse de Getúlio Vargas. Este Estado não dera nenhum título para o novo governo. Aconteceu, porém, que os companheiros de Juarez Távora passaram a fazer pressão sobre ele permitindo que ocupasse lugar importante como consequência da nova ordem criada. Vaga a pasta, fui convidado para ocupá-la não por Juarez, mas pelos chefes revolucionários. Tendo Juarez Távora deixado a pasta de Viçosa, a liderança dos Tenentes do Norte caiu no ostracismo. Dada a vaga no Ministério de Agricultura pouco tempo depois em virtude de renúncia de Assis Brasil, pedi a Getúlio que nomeasse para substituí-lo, autorizado fiz o convite dizendo-lhe que só podia, em paga, a criação da Escola de Agronomia do Nordeste, e assim foi feito" (José Américo de Almeida - Entrevista dada à equipe Projeto História de UFPb-NDIHR - Agosto de 1979).
14. O argumento utilizado pelo Ministro de que a Escola "serviria para as moças arelenses se casarem" expressa bem essa idéia de revitalização econômica e social da cidade, cujos homens sem perspectivas de vida local, emigravam para o capital ou outros centros urbanos.

15. "A criação da Escola de Agronomia do Nordeste, em Areia foi idéia minha. É uma zona rural de clima propício à cultura de cana de açúcar e de cereais. A população local preferia uma Escola de Direito por ter o bacharel mais prestígio. O que estava à minha mão devido a um compromisso tomado com o Ministro da Agricultura, General Juarez Távora, era esse tipo de ensino. Assim eu satisfazia mais facilmente às exigências do meio.

A minha antiga professora primária Júlia Verônica dos Santos Leal procurou-me como intérprete da sociedade local, pleiteando, não o que eu tinha em vista, mas uma Escola de Direito. Respondi que, se a de Agronomia não satisfazia outras aspirações serviria para as arelenses se casarem. Pouco tempo depois da fundação, Júlia Leal mandou-me a 1a. lista de namorados e em seguida a de noivos e casados. Há em Areia quatro e cinco irmãos casados todos com Agrônomos". (Id. lb.).

16. (Id. lb.)

17. Serafim Rodriguez Martinez, Entrevista a equipe Projeto História UFPb-NDIHR, em 7/05/80.

18. José Américo de Almeida, Entrevista...

19. Quadro Demonstrativo do número de alunos matriculados e diplomados (1930-1973) - MEC:UFPb e Escola de Agronomia de Areia-PB.

20. José Américo de Almeida, Entrevista...

21. "Minha família, numerosa e de renda abaixo da renda de famílias ditas de classe média, canalizava as mulheres para as artes domésticas e para o pedagógico, com curso paralelo de dactilografia, enquanto os homens se graduavam na Faculdade de Ciências Econômicas, ao mesmo tempo em que trabalhavam no comércio".

(Maria José Limeira, escritora, depoimento ao Projeto História de UFPb - NDIHR, 1979).

22. Ata da Fundação da Faculdade de Ciências Econômicas (Arquivo C. Econômicas).

23. "Teve o Dr. Clóvis Lima palavras de reconhecimento, prometendo que não teria nenhuma dúvida em levar ao fim a criação da Fac., tanto mais quanto a idéia recebera o apoio do governo do Estado e que assim ele mais se sentia incorporado". (Id. lb.).

24. Lei n. 85 de 03/09/48, que concede à Fac. de C. Econômicas da Paraíba, uma subvenção anual. (Arq. C. Econ. de Paraíba).

25. Lei n. 10 de 13/09/48 (Id. lb.).

26. José de O. Leite (Entrev. à Equipe proj. Hist. de UFPb., NDIHR, 1979).

27. Anuário de Fac. de C. Econ. da Paraíba, (1947-1957), p. 34.

28. Cf. Mário Moacyr Porto (Entrev. à Equipe Proj. História de UFPb - NDIHR, out./79).

29. Antonio Moraes, Entrev. à Equipe..., abril/80.

30. Fala-se em "vocaçao industrial" da C. Grande/PB desde a década de 40 (Id. lb.).

31. Cerâmica S. José, Emp. Constr. C. Cullier (Est. Ferro) Fab. de Benef. do Algodão, A. Rique, H. Sousa do O, Gioya e Cia. Lab. de Prod. Mineral, Serv. de Abast. da Rede Ferrov. Fed., Lab. de Solo do DNOCS, Quartéis de Tropas Federais. (Id. lb.).

32. SANBRA e Anderson Clayton (Id. lb.).

33. Professor fundador e primeiro Diretor da POLI de Campina Grande (Cf. A. Moraes, Entrevista...).

34. "C. Grande sentia pouco a pouco que dava os primeiros passos para entrar numa nova área de atividades. Sim, porque ela havia vivido com certo esplendor, e era do reino animal com a civilização do couro. Fora inegavelmente uma grande exportadora de couros e peles, a maior de nossa região..." "...Vivera intensamente a civilização do reino vegetal; caracterizando-se como das maiores exportadoras de fibra de algodão e agave do nosso país e até do mundo..." "...Passado aquele ciclo, entrou de rijo e triunfalmente, a época de última guerra, como um dos maiores mercados exportadores de minérios e agora, ainda bem não vai arrefecendo o mencionado mercado, ela partiu para um novo, o da ciência e da tecnologia. Este, acredito, seja eterno. Os resultados já começam a surgir: a formação de técnicos, o conceito de sua metodologia e a criação de know-how que impressiona não somente o nosso país como outros centros de países mais adiantados..." "...Fenômeno curioso é o fato de C. Grande nunca ter tido pecuária e foi exportadora de couro. Não tem plantação de agave, e algodão e exporta esses produtos. Nunca teve uma grama de minério e foi dos maiores exportadores de minério. Isso se deve ao dinamismo do povo que conseguiu polarizar tudo isso para lá". (Id. lb.).

35. Id. lb.

- 36. "Primeiramente, houve a dificuldade de convencer o MEC sobre a necessidade e a viabilidade do funcionamento de uma escola superior em Campina Grande. A maioria dos professores, de início, era egressa da Escola de Engenharia de Pernambuco, inclusive eu. Mas o pessoal de Pernambuco não encarava isso muito bem, não se admitia o corte do cordão umbilical que nos ligava a Pernambuco. Lá se sentia que se ia perder a clientela. Isso aconteceu em menores proporções com o Ceará, que também fez uma pressão grande à Escola de Campina Grande. Em geral, esses pontos geográficos próximos fizeram pressão..." (Id. Ib.).
- 37. Id. Ib.
- 38. Gen. José de O. Leite, Entrevista...
- 39. Id. Ib.
- 40. Id. Ib.
- 41. Id. Ib.
- 42. Id. Ib.
- 43. Id. Ib.
- 44. Constituição Estadual de 1947.
- 45. Id.
- 46. José Pedro Nicodemos, entrevista..., 05.05.1980.
- 47. Id. Ib.
- 48. Relação dos alunos 1952 - 1961, c/base no Relatório da Coordenação/História, n.º 45.
- 49. "A Fac. de Filosofia foi, de início instalada num conjunto de salas do Lyceu Paraibano. Para isso contribuíram alguns motivos ponderáveis: 1) o orçamento estadual, então muito reduzido, não ensinava breve adaptação de outro imóvel, 2) não havia disponibilidade de um prédio do Estado 3) os professores, em sua maioria, não podiam subsistir sem acumular as aulas, do curso superior com as do secundário, no mesmo prédio..." (José Pedro Nicodemos, Entrevista...)
- 50. Id. Ib.
- 51. "...Eu queria nomear dois professores, pois o reitor antigamente nomeava professores. Eu vou contar dois casos: eu queria nomear Virgínius da Gama e Melo e Juarez Batista. Antigamente, havia muita influência do clero, era uma escola praticamente do clero e como Virgínius não era do clero e não era ex-seminarista, isso pesava muito naquele tempo. Houve, portanto, uma oposição muito forte na indicação desses nomes..." "...As congregações formavam círculos fechados e muitas vezes obedientes a outros interesses alheios à Universidade, então certas pessoas que não pertinhavam daquela maçonaria, não contavam com o apoio dela e oferecia-se uma série de dificuldades para nomeação. Lembro-me bem de Virgínius da Gama e Melo que entrou à força, era um grande nome..." "Eu quis nomear João Santa Cruz, professor da Fac. de Direito, aí o mundo desabou sobre mim, diziam que ele era esquerdista, mas ele não estava dando muita importância a isso ele foi absolvido. Depois que ele foi absolvido, foi nomeado desembargador do Tribunal de Just. da Paraíba. E se pode ser desembargador, pode ser professor. Houve uma luta muito grande e crítica pelos jornais." (M.M. Porto, Entrevista... outubro de 1979).
- 52. "A preferência (dos idealizadores da FAFI) por esses cursos se deu ao fato de se tornar mais fácil o recrutamento de professores para suas disciplinas ou as antigas cadeiras, porque alguns deles já funcionavam no Recife. Demais, não era difícil encontrar em nosso meio autodidatas em várias de suas matérias." (J. Pedro Nicodemos, Entrevista...).
- 53. Cf. Humberto Nóbrega, Entrevista..., outubro/79.
- 54. José de Oliveira Leite, Entrevista...
- 55. Id. Ib.
- 56. "Da apreciação desse teste da inteligência paraibana veio a idéia dos homens de pensamento, das classes altamente intelectualizadas das profissões liberais de alto nível, para assumirem a responsabilidade da instalação do Ensino Superior na Paraíba", (Id. Ib.).
- 57. "Eu mesmo fui obrigado a me deslocar da Paraíba para o Rio, para poder me formar. E sei que muitos valores se perderam na área jurídica, porque muitos paraibanos na época não tinham condições de estudar Direito." (Hermes Pessoa de Oliveira, Entrevista... novembro de 1979).
- 58. "Recebendo a incumbência, reuni meus pares e expus a idéia da criação da Fac. de Direito que foi recebida com entusiasmo de alguns e incredibilidade de muitos. Parecia levianidade, com certa falta de responsabilidade, querer se criar um curso jurídico na Paraíba, sabendo que tínhamos um curso jurídico tradicional e afamado que era o de Direito em Pernambuco." (Id. Ib.).

- 59. Milton Ferreira de Paiva (Entrevista..., 18.10.79).
- 60. O prédio, conseguiu através de uma lei apresentada à Assembléia Legislativa por Luis de Oliveira Lima. Quanto aos recursos, conseguiu-os através de leis estaduais apresentadas por Ivan Bichara e Luis de Oliveira Lima. Recursos municipais conseguiu-os através de uma lei municipal cujo redator e apresentador foi Demócio Franca. Recursos federais eu consegui através de duas figuras; Samuel Duarte e Fernando Nóbrega. Além dessa colaboração oficial, consegui doações particulares de firmas como: Fábrica de Tecidos Rio Tinto através de José Mário Porto e de doações dos irmãos Ribeiro Coutinho." (Hermes P. de Oliveira, Entrevista...).
- 61. José de Oliveira Leite, Entrevista...
- 62. Id. Ib.
- 63. Hermes Pessoa de Oliveira, Entrevista...
- 64. Relatório comemorativo dos 22 anos de funcionamento da Esc. de Serviço Social (p. 1-2).
- 65. Id. Ib.
- 66. Id. Ib.
- 67. "Eu me formei pela Universidade da Paraíba; tentei me transferir para o Recife para fazer o curso lá, mas terminei vindo para João Pessoa justamente na festa de formação da Universidade. A Faculdade de início era até repudiada porque estava começando. Eu quis me transferir para o Recife, porque todo o pessoal que estudou comigo em C. Grande, que tinha uma condição melhor, se dirigiu para o Recife. E os meus colegas da turma quase todos. Somente eu e um colega optamos por J. Pessoa." (Lindberg Faries Entrevista... fevereiro de 1980)
- 68. "As origens sócio-econômicas dos paraibanos que iam estudar fora do Estado são como se pode ver. Havia muitos deles que enfrentavam situações difíceis por causa da situação financeira, então eles eram obrigados a trabalhar quando ainda eram estudantes. Eu me lembro bem, na Bahia, de um colega paraibano dos mais brilhantes, quando estava no meio do curso faleceu o senhor seu pai, e ele não teve dúvidas: teve que ir embora, porque não podia mais se manter lá. Ele foi ao governador da Bahia (Seabra) e expôs sua situação. Seabra mandou que ele viesse depois, ele iria ver como é que ele resolvia. No dia seguinte, ele voltou lá, então Seabra disse: Não encontrei nada; e o estudante: Então eu vou interromper meu curso e o senhor é responsável. Aí Seabra disse: Bem, eu tenho uma solução: o senhor vai ser cavaleiro do Regimento de Cavalaria do Estado. E assim ele se formou e brilhou aqui no estado da Paraíba." (Cf. Humberto Nóbrega, Entrevista...).
- 69. Id. Ib.
- 70. Id. Ib.
- 71. Id. Ib.
- 72. Id. Ib.
- 73. Id. "Hist. da Fac. de Med. da Paraíba", p. 30.
- 74. Id. Entrevista...
- 75. Id. Ib. p. 33.
- 76. Id. Ib.
- 77. "Chegou a vez da Faculd. de Med., A história se repete. Dizem que a escola tende a abortar, que é impossível a sua criação e loucura pensar-se no seu funcionamento. Dizem mais que são caros os seus laboratórios, que não há prédios próprios e que os hospitais são insuficientes." (H. Nóbrega, História da Fac. de Med., p. 57).
- 78. Id. Ib., p. 85.
- 79. Id., Entrevista...
- 80. Id., Ib.
- 81. Id., "As raízes das Ciências da Saúde na Paraíba," p. 341.
- 82. Párcles Gouveia, Entrevista... janeiro de 1980.
- 83. Humberto Nóbrega, "As raízes...", p. 342.
- 84. "A Imprensa" de 13/04/1950, in H. Nóbrega, "Raízes..." p. 343.
- 85. H. Nóbrega, "Raízes..." p. 343/344.
- 86. Id., ib., p. 344/345.
- 87. Discurso de A. Montenegro, 14/04/50, in H. Nóbrega, "Raízes..." p. 344.
- 88. Id., ib., p. 345.
- 89. Lei n.º 646 de 06.12.1951.
- 90. Jornal "O Norte", de 30.10.1955.
- 91. H. Nóbrega, "Raízes..." p. 360.
- 92. Id. Ib. p. 361.
- 93. "Uma iniciativa fracassada", in H. Nóbrega, "Raízes..." p. 361.
- 94. Relatório do Comitée on the Corts of Medical, da ONU. Cf. H. Nóbrega, "Raízes..." p. 363.
- 95. Lei Est. n.º 875/24.01.53, Cf. H. Nóbrega, Raízes..., p. 367.

96. Newton Leite (Entrevista à Equipe do Proj. História da UFPb., NDIHR, 11.07.80).
97. Id. Ib.
98. P. Gouveia, Entrevista...
99. Id. Ib.
100. Antônio Moraes, Entrevista...
101. "A Escola de Engenharia não admitia matrícula gratuita para não humilhar o aluno, mas permitia o pagamento após a formatura". (José O. Leite, Entrevista...).
102. D. Trigueiro Mendes, Entrevista...
103. H. Nóbrega, "História da Fac. Medicina".
104. Id. Ib.
105. Id. H. Nóbrega, Entrevista...
106. Mário Moseyr Porto, Entrevista...
107. "A rica Idéia de uma Universidade contrasta com a terra pobre, sem recursos. Como a Paraíba poderia manter uma Universidade? Ainda hoje não pode" (Abelardo Jurema, Entrevista ao Proj. História da UFPb - NDIHR), 27/12/79.
108. "Estudar era difícil Tanto é assim que, de minha turma, só dois concluíram". (Lindeberg Farias, Entrevista...).
109. Antônio Augusto Arroxelas, Entrevista..., 01.04.80.
110. Milton F. Paiva, Entrevista...
111. "Em 1954 a Fac. de Filosofia diplomou 01 aluno em Geog. e História. 03 alunos em Letras Neo-Latinas e 02 alunos em Pedagogia".
(Ata de 28a. SES. ORD. do CTA, 03.01.1954).
112. Ata de 31a. SES. ORD. do CTA, 01.03.1955.
113. H. Nóbrega, "História da Fac. de Medicina".
114. A. Moraes, Entrevista...
115. H. Pessas, Entrevista...
116. José P. Nicodemos, Entrevista...
117. Id. Ib.
118. A. Moraes, Entrevista...
119. "Falaste então proferindo uma daquelas tuas profecias: a conquista de situação de professor universitário vale 300.000,00, e isto porque é na Paraíba; no Rio ou em São Paulo o investimento poderia ser de um milhão e meio". (H. Nóbrega, "História da Faculdade de Medicina, cit. Luciano Moraes in "A Figura Humana").
120. Dumerval Trigueiro, Entrevista...

**TEXTOS UFPb – NDIHR
JÁ PUBLICADOS**

1. RASTROS DA TRAGÉDIA
Mauro Guilherme Khnoury – agosto/83.
2. PREÇO DA TERRA, TAXA DE JUROS E ACUMULAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL.
Claudio Antonio Gonçalves Egler – setembro/82
3. MOVIMENTOS SOCIAIS E MEIOS DE COMUNICAÇÃO. PARAÍBA 1917-1921.
Antonio Albino Canelas Rubim – outubro/83.
4. A CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DOS SOCIALISMOS NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO.
Sílvio Frank Alem – maio/84.
5. O SOLO URBANO E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA
Tamara Tania Cohen Egler – outubro/84.
6. TRABALHO. O CAPITALISMO ADIANTADO E A CLASSE OPERÁRIA. UM NOVO SINDICALISMO.
Joana Neves – fevereiro/85
7. SOBRE BANANAS E BANANEIROS. Produção Mercantil e Relações de Trabalho.
Jacob Carlos Lima - janeiro/85.
8. CLIENTELISMO E MÁQUINA ESTATAL NAS ELEIÇÕES DE 1982.
Maria Antonia Alonso de Andrade – fevereiro/85.
9. A IGREJA POPULAR NA IMPRENSA PAULISTA
Joana Neves – fevereiro/85
10. A FOME NÃO TEM PARTIDO
Maria Nelly Cavalcanti – setembro/85